

## PLANO DISCURSIVO EM PERSPECTIVA ESCALAR: ANÁLISE FUNCIONALISTA DE ARTIGOS DE OPINIÃO

Edvaldo Balduino Bispo<sup>1</sup>

Maria Clara Lucena de Lemos<sup>2</sup>

Fernando da Silva Cordeiro<sup>3</sup>

**RESUMO:** Neste artigo, analisamos a categoria plano discursivo na composição de textos do gênero artigo de opinião. Partimos da premissa de que as porções textuais se diferenciam entre si pelo grau de saliência perceptual que adquirem em função dos propósitos comunicativos do texto. Objetivamos identificar porções de figura e de fundo nos artigos de opinião e analisar como essas porções se distribuem nos textos. Ancoramo-nos teoricamente na Linguística Funcional norte-americana, conforme trabalhos de Givón (1979, 1995), Hopper (1979), Hopper e Thompson (1980), Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015) e Haido (1996). Trata-se de pesquisa qualitativa quanto à abordagem do fenômeno investigado e descritivo-explicativa quanto aos objetivos. O *corpus* é constituído por 20 artigos de opinião publicados no primeiro semestre de 2018 nas revistas *Veja* e *Carta Capital*. Nossos achados mostram que figura e fundo são noções escalares, uma vez que porções identificadas como centrais ou periféricas exibem graus diferenciados de saliência perceptual entre si. Propomos, assim, um *continuum* de figuridade e de fundidade para capturar essa gradiência.

**Palavras-Chave:** Plano discursivo. Artigo de opinião. Linguística Funcional norte-americana.

## GROUNDING CATEGORY IN A SCALAR PERSPECTIVE: FUNCTIONALIST ANALYSIS OF OPINION ARTICLES

**ABSTRACT:** In this paper, we investigate the grounding category in the composition of opinion articles. We assume that the textual portions are distinguished from each other by the degree of perceptual salience they acquire because of the communicative purposes of the text. Our purposes are to identify foregrounding and backgrounding parts in opinion articles and to analyze how these parts are distributed in the text. The theoretical support is The North-American Functional Linguistics, according to Givón (1979, 1995), Hopper (1979), Hopper and Thompson (1980), Furtado da Cunha, Costa and Cezario (2015) and Haido (1996). It is a qualitative, descriptive and explanatory research. The database consists of 20 opinion articles published in the 1st half of 2018 in the magazines *Veja* and *Carta Capital*. The results show that foregrounding and backgrounding are scalar notions, since textual portions identified as central or peripheral exhibit different degrees of perceptual salience. We propose, therefore, a *continuum*

<sup>1</sup> Professor Associado do Departamento de Letras e docente permanente do Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Líder do grupo de pesquisa Discurso & Gramática (D&G), seção Natal-RN. E-mail: edvaldo.bispo@ufrn.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5607-3407>.

<sup>2</sup> Doutoranda pelo Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem (PPgEL), da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Professora de Língua Portuguesa da Redes Municipal de São José de Mipibu e São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte. E-mail: claralucena@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5747-0690>

<sup>3</sup> Professor Adjunto de Linguística da Universidade Federal Rural do Semiárido (UFERSA). Membro do grupo de pesquisa Discurso & Gramática (D&G), seção Natal-RN. E-mail: fernando.cordeiro@ufersa.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6940-1994>.

of foregrounding and backgrounding that captures that gradience.

**Keywords:** Grounding. Opinion articles. North-American Functional Linguistics.

## Introdução

Artigos de opinião são textos cuja finalidade é a exposição e a defesa de um ponto de vista acerca de um dado assunto. São próprios da esfera jornalística/midiática, figuram comumente em jornais, revistas e sites de informação e são assinados por colaboradores dos veículos de comunicação. Os artigos são predominantemente argumentativos, uma vez que seu propósito precípua é convencer o outro, apresentando argumentos em favor de uma tese. Para a concretização dos propósitos comunicativos do texto, o autor deve não só selecionar bons argumentos, articulando-os de forma persuasiva, mas também construir um raciocínio coerente e coeso.

Neste trabalho, que representa desdobramento da pesquisa de Lemos (2020), analisamos a categoria plano discursivo em textos do gênero artigo de opinião. Subjaz a esse estudo a concepção de que as estratégias de configuração do discurso pelos falantes na interação têm papel importante na construção de sentidos dos enunciados. Destacamos, aqui, entre essas estratégias, o maior relevo conferido a uma ou outra porção do texto e a inter-relação existente entre as diferentes partes. Assim, ocupamo-nos da configuração textual de artigos de opinião, buscando evidenciar como a distinção figura/fundo contribui para a construção da argumentação em textos representativos desse gênero.

Ao conceito de plano discursivo, que se refere, *grosso modo*, à organização estrutural do texto, correspondem as noções de figura e de fundo. Trata-se de porções com diferentes graus de saliência perceptual, que orientam a compreensão dos interlocutores por meio do contraste entre o que é mais nítido e percebido com mais facilidade e o que é menos aparente e perceptível. Apesar do caráter aparentemente binário dessa categoria, figura e fundo podem ser observados de forma escalar, a partir dos diferentes graus de saliência com que se distribuem ao longo do texto (FURTADO DA CUNHA; BISPO; SILVA, 2013). Observemos o fragmento textual em (1), por meio do qual ilustramos essas subcategorias:

(1) *Esse nosso Brasil anda tão virado na confusão que mesmo o velho hábito de políticos simularem desinteresse em disputar eleições até que a base de uma candidatura esteja razoavelmente firme foi invertido. A moda da estação é o lançamento (ao vento) de candidatos sem nenhuma preocupação com a*

consistência factual das respectivas pretensões.

O excerto apresentado foi retirado do artigo de opinião “Aparências nada mais”, veiculado na revista *Veja*, de 07/03/2018. Nele, a articulista Dora Kramer critica o lançamento de candidaturas vazias, sem consistência, à Presidência do Brasil, caracterizando essa atitude como “a moda da estação”. O trecho sublinhado expõe e reforça a opinião da articulista em relação ao fato, motivo pelo qual tem papel de figura no texto. O trecho em itálico, por seu turno, serve ao texto como uma contextualização acerca das atitudes por parte dos então supostos pré-candidatos à Presidência. Essa porção textual ancora a opinião da autora, explicitada em seguida, sendo, portanto, reconhecida como fundo.

Porções centrais (figura) e porções periféricas (fundo) convergem para a concretização dos propósitos comunicativos do texto, e a disposição entre as diversas porções de figura e de fundo não é aleatória, mas parte dos mecanismos discursivo-pragmáticos de construção dos enunciados. Assim, cabe analisar como se dá a construção do plano discursivo nos artigos de opinião. Neste artigo, em particular, acompanhando Lemos (2020) na defesa de que trechos em figura e trechos em fundo podem exibir diferentes graus de integração entre si, voltamo-nos à análise dessas porções em perspectiva escalar e propomos um *continuum* de figuridade e de fundidade em textos argumentativos, notadamente artigos de opinião.

Nossa discussão orienta-se pelos seguintes questionamentos: i) como se distribuem as porções de figura e de fundo em textos do gênero artigo de opinião? ii) de que modo as porções em figura podem ser organizadas, considerando a ocorrência de partes mais centrais e outras menos centrais? iii) levando em conta a existência de níveis de integração entre figura e fundo (LEMOS, 2020), como representar, em termos escalares, as porções central e periférica dos artigos analisados?

Nosso objetivo geral é analisar a configuração textual de artigos de opinião a partir da distinção entre figura e fundo e verificar a ocorrência de níveis de figuridade e de fundidade entre as diversas partes do texto que cumprem tais funções. De modo mais específico, temos como intuito: i) identificar, nos artigos de opinião analisados, as porções de figura e as de fundo; ii) analisar as porções centrais que se caracterizam como mais figura ou como menos figura, distinguindo-as por graus de figuridade; iii) apresentar uma organização escalar para figura e fundo com base nos níveis de figuridade e de fundidade aferidos nos textos.

Para esse empreendimento, fundamentamo-nos na Linguística Funcional norte-

americana, na esteira de trabalhos como os de Hopper (1979), Hopper e Thompson (1980); Givón (1995); e Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015). Em termos metodológicos, desenvolvemos uma pesquisa qualitativa, com viés descritivo-interpretativista. A amostra utilizada compõe-se de 20 artigos de opinião publicados em duas revistas de circulação nacional, a saber: *Veja* e *Carta Capital*, durante o primeiro semestre do ano de 2018.

Este artigo está organizado em cinco seções. A primeira, introdutória, traz a contextualização da pesquisa e a apresentação de objetivos e de aspectos teórico-metodológicos gerais. A segunda seção delinea a perspectiva teórica que sustenta as discussões empreendidas. A seção seguinte volta-se à metodologia. A quarta e quinta seções são reservadas à análise dos artigos de opinião e à explicitação de um *continuum* categorial para as porções em figura e em fundo. Por fim, sumarizamos os achados da pesquisa.

### **Lastro teórico**

Fundamentamos nossa discussão na Linguística Funcional de vertente norte-americana, conforme Givón (1979, 1995), Furtado da Cunha, Costa e Cezario (2015), entre outros. Segundo essa vertente teórica, há uma estreita relação entre a estrutura linguística e os usos que dela fazemos na interação social, de modo que a configuração morfossintática dos enunciados é fortemente motivada por fatores decorrentes da situação comunicativa (FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013). De acordo com essa visão, as línguas são moldadas pela interação complexa de princípios cognitivos e interacionais que desempenham papel crucial na aquisição, no uso e na mudança linguística.

Também caracteriza a visão funcionalista o entendimento de que a linguagem constitui um amplo e multifacetado conjunto de atividades cognitivas e sociocomunicativas, associadas a outras atividades humanas (TOMASELLO, 1998; BISPO; LOPES, 2022). Nessa direção, a língua é tomada como uma estrutura fluida, maleável, um sistema adaptativo complexo (DU BOIS, 1985; BYBEE, 2016), suscetível a demandas de ordem cognitiva e comunicativa. A gramática de uma língua natural, por sua vez, compreende um conjunto de padrões regulares, decorrentes de rotinas linguísticas consensuadas, ao lado de formas alternativas em processo de mudança, motivada por fatores cognitivos, culturais e interacionais. Assim sendo, uma investigação sob esse viés teórico tem, necessariamente, de considerar usos linguísticos efetivos em seu *locus* de realização, de forma a explicitar os fatores internos e, sobretudo, externos à

língua que contingenciam tais usos.

Para os propósitos deste artigo, consideramos essencialmente a categoria plano discursivo. A noção de plano discursivo refere-se à organização estrutural do texto e compreende as dimensões de figura e de fundo, cuja formulação original se deve à Gestalt. Essas dimensões relacionam-se à percepção e à cognição: as entidades que aparecem em primeiro plano (ou seja, as mais salientes) são percebidas com mais nitidez e facilidade, enquanto as que se encontram fora de destaque são menos aparentes e perceptíveis. Em termos de discurso, essa distinção equivale à oposição entre central e periférico. Essa categoria tem sido utilizada, em investigações funcionalistas, para tratar da distribuição de informações no texto, correlacionando aspectos discursivos a propriedades gramaticais (HOPPER; THOMPSON, 1980; MARTELOTTA, 1998; LEMOS, 2020).

Inicialmente concebida em termos binários, essa categoria, à semelhança de outras utilizadas em investigações funcionalistas, é mais bem pensada em termos escalares (GIVÓN, 1995; FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013). Haido (1996), por exemplo, analisando os planos figura e fundo em exemplares do gênero “entrevista jornalística” propõe uma visão gradiente para o texto argumentativo, advogando que “figura é o plano onde as ideias básicas são defendidas e o fundo é o elemento integrador dessas ideias aos argumentos que assustentam” (p. 98). A autora defende haver graus de interdependência semântica do fundo em relação à figura, isto é, a ideia de que alguns fundos se mostram mais integrados à figura que outros. Nesse sentido, são propostos sete tipos de fundo que, em tese, representam essa integração: (i) fundo de justificativa, (ii) fundo de exemplificação ou testemunho, (iii) fundo de reiteração, (iv) fundo de redundância, (v) fundo de digressão, (vi) fundo de contextualização e (vii) fundo de modalização.

Resumidamente, assim são caracterizados os tipos de fundo: (i) funciona como justificativa para a ideia defendida, servindo-lhe de suporte imediato; (ii) serve de suporte intermediário à ideia defendida em figura e constitui-se de dados armazenados (ilustrações); (iii) introduz esclarecimentos acerca do que já foi dito na tentativa de ratificar ou desenvolver melhor uma ideia já mencionada no texto; (iv) consiste na repetição de conteúdo já expresso de forma quase literal; (v) compõe-se de ideias mais distantes daquela(s) em figura; (vi) situa (contextualiza) espacial e temporalmente o conteúdo enunciado; (vii) veicula julgamento/apreciação do locutor relativamente ao enunciado produzido.

Uma vez que a análise aqui empreendida se volta ao artigo de opinião, cumpre destacar

que esse gênero pertence à ordem do argumentar. O discurso argumentativo, conforme Perelman e Olbrechts-Tyteca (2005, p. 5), objetiva “provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento”. Nessa direção, o artigo de opinião caracteriza-se pela defesa de um ponto de vista, o qual é sustentado por argumentos. Segundo Casseb-Galvão e Duarte (2018), envolve o propósito de convencer e/ou influenciar o outro por meio de determinadas ideias na direção de transformar valores. Seu contexto de produção, de recepção e de circulação pressupõe a existência de um tema controverso, em torno do qual se desenrola um embate de posicionamentos. Esse gênero é característico do jornalismo impresso e/ou multimidiático e sua publicação se insere num fio discursivo que implica a circulação prévia de outros textos, como o editorial, a notícia e a reportagem.

Acompanhando Lemos (2020), e levando em conta o objeto aqui investigado, consideramos que, no artigo de opinião, são figuras as porções textuais que veiculam o ponto de vista e os argumentos, enquanto as demais partes do texto (detalhamento e/ou ilustração dos argumentos e conclusão) são constituídas de porções em fundo. Ademais, tomamos por figura principal a porção que contempla a tese/ponto de vista defendida/o e por figura secundária e figura terciária os argumentos que a/o sustentam.

Na quarta seção, aplicamos as subcategorias de figura e de fundo de maneira não discreta na análise de artigos de opinião. Discutimos a possibilidade de um *continuum* de figuridade e de fundidade, com base na proposta de Lemos (2020) e na adaptação por ela feita para os tipos de fundo indicados por Haido (1996).

### **Aspectos metodológicos**

Recorremos, neste estudo, tanto ao raciocínio indutivo quanto ao dedutivo, o que tipifica, segundo Givón (1995), o método abdução de investigação. O caráter indutivo reside na análise de ocorrências particulares (porções de figura e de fundo) para chegarmos a determinadas generalizações. Relativamente à dedução, ancoramo-nos em um corpo teórico consolidado, com premissas consistentes sustentadas por evidências empíricas.

Trata-se de pesquisa qualitativa quanto à abordagem do fenômeno investigado e descritivo-explicativa quanto aos objetivos (SILVA, 2004; LAKATOS; MARCONI, 2010). Procedemos à caracterização das porções centrais (figura) e periféricas (fundo) dos artigos de opinião e as analisamos em termos escalares, bem como propomos um *continuum* de figuridade

e de fundidade para textos desse gênero.

Quanto ao material empírico utilizado, organizamos uma amostra constituída de 20 artigos de opinião veiculados em cinco edições das revistas *Veja* e *Carta Capital* no primeiro semestre de 2018. A opção por esses veículos deveu-se a seu grande alcance, dado que são periódicos de circulação nacional. Além disso, *Veja* e *Carta Capital* apresentam posicionamentos ideológicos distintos e são conhecidas por defenderem enfaticamente suas ideologias. O número de textos, por sua vez, foi delimitado de modo que os resultados pudessem apontar uma tendência comum e não tornasse a análise enviesada.

Os textos foram analisados individualmente, considerando as seguintes etapas: delimitação do ponto de vista defendido; identificação das porções em figura e em fundo; análise dos tipos de figura e de fundo. Em seguida, apresentamos proposição de uma organização escalar para as porções em figura e em fundo e de um *continuum* de figuridade e de fundidade.

Na próxima seção, analisamos detidamente dois artigos de opinião: “Pensar antes de teclar”, de Dora Kramer, e “Coronelismo digital”, assinado por Guilherme Boulos. Essa análise serve como demonstração do procedimento adotado para os 20 artigos que compõem a amostra utilizada.

### Figura e fundo em artigos de opinião

Identificamos e discutimos, nesta seção, a distribuição das porções textuais de figura e de fundo em dois dos artigos de opinião analisados. O primeiro deles, “Pensar antes de teclar”, escrito por Dora Kramer, foi publicado na edição de 02/05/2018 da revista *Veja*; o segundo, “Coronelismo digital”, assinado por Guilherme Boulos, foi publicado na revista *Carta Capital*, edição de 04/04/2018:

PENSAR ANTES DE TECLAR<sup>4</sup>

(1) O bom-senso é o melhor antídoto aos engodos na política

(2) Da constatação (sem contestação) de que o jogo eleitoral foi pesado em 2014 devido à difusão de mentiras, notadamente em direção à candidata da Rede, Marina Silva, (4) especialistas no tema da moda, as fake news, afirmam que os brasileiros não viram nada até agora.

(5) Segundo eles, o jogo eleitoral será ainda mais sujo em 2018 em decorrência da disseminação no

<sup>4</sup> A numeração que acompanha os trechos dos artigos de opinião diz respeito à identificação das porções de figura e de fundo e auxilia na retomada dos excertos ao longo das análises. Os trechos sublinhados são aqueles definidos como figura.

ambiente dos debates políticos de grupos de origem não identificável cuja função é atacar adversários com a propagação de falsos fatos e informações distorcidas.

(6) Há quatro anos, a campanha da então presidente Dilma Rousseff investiu na tentativa de reeleição muitos milhões, vários deles para o marqueteiro João Santana e por meios ilícitos. (7) Uma das funções de Santana era criar uma personagem, no caso e à época uma imagem (falsa) de rainha eternamente vencedora de todas as adversidades.

(8) De acordo com ele, os adversários seriam “anões” a ser engolidos pela incrível e gigante Dilma, que naquela versão superaria e venceria a todos.

(9) Essa era a história contada numa ocasião diferente. (10) Numa outra, relatada já na fase final da campanha, mas ainda antes do primeiro turno, os eleitores eram convidados a acreditar em comunicações falsas.

(11) Gente tratada como boboca e que até fazia jus ao tratamento, pois via verdade naquelas cenas nas quais se tirava a comida do prato dos “pobres” para dar o equivalente em dinheiro aos “ricos”, ali representados pelos bancos.

(12) Instituições essas demonizadas como se a sustentação financeira de todas as pessoas que não concordassem com o modo de operação do PT decorresse necessariamente de condutas ruins ou, no mínimo, equivocadas.

(13) É uma maneira de pensar e sempre se pode argumentar que quem constrói a dita narrativa dá a ela o conteúdo que quiser. Por mais que isso seja razoável, não é aceitável nem natural que as pessoas possam atuar normalmente, sem a influência de boatos e mentiras, hoje nominados *fake news*. (14) Não gosto muito do termo, até porque, na minha visão, se algo é *fake*, falso, não se pode coadunar com o conceito de notícia (*news*).

(15) Traduzindo: se é duvidoso ou falso (*fake*), não é noticioso (*news*), coisa em cujo conteúdo se possa ou deva acreditar. (16) Essa crença aplicada ao discernimento é que leva o cidadão à escolha mais correta: seja quando entra nas redes sociais para expressar uma opinião, seja quando vai à urna eletrônica para exercer o direito do voto, (17) ainda visto neste nosso país como um dever obrigatório.

(18) Em ambos os casos devemos, cidadãos e cidadãs, pensar muito bem antes de escolher onde nossos dedos vão teclar: para falar e/ou compartilhar nas redes sociais ou escolher o melhor candidato em quem votar. Da sociedade, portanto de nós, dependem tanto a melhor política quanto o melhor país.

(19) Donde é preciso refletir para teclar na vida todo dia e na urna quando for o dia.

No artigo “Pensar antes de teclar”, defende-se a tese de que é necessário haver prudência e discernimento na divulgação de informações e na escolha de representantes. Esse texto se inscreve no contexto das eleições de 2018, em que vivenciávamos a crescente onda de disseminação de notícias falsas nas redes sociais. Nele, a autora defende que os cidadãos deveriam utilizar de bom-senso para lidar com essas informações e faz um trocadilho com o termo *teclar* – que serve tanto para o uso das redes sociais, em que teclamos, compartilhando informações de forma rápida e, muitas vezes, massificada, quanto para a urna eletrônica, na qual teclamos no dia das eleições para a escolha de nossos representantes.

Essa tese é sustentada por meio de quatro argumentos – no texto, correspondem aos excertos (2), (5), (13) e (16) – e encontra-se formalmente expressa no excerto (18), que representa a porção com maior saliência semântico-discursiva, ou seja, a figura mais relevante. Nessa passagem, o ponto de vista assumido é claramente codificado: todos devem agir com responsabilidade, quando do compartilhamento de opiniões – na urna ou nas redes sociais. Os argumentos em (2), (5), (13) e (16) funcionam como sustentação e/ou reforço ao ponto de vista defendido. Constituem, pois, porções em figura, conquanto exibam níveis distintos de



importância para os propósitos comunicativos do texto, ou seja, possuem graus variados de proximidade semântica com o conteúdo da tese.

No excerto (2), por exemplo, a autora remete ao uso do bom-senso para que sejam evitados chamarizes no campo político, antecipando um raciocínio que será mais bem desenvolvido posteriormente, mas já aludindo ao uso da cautela quanto a atitudes ligadas ao campo eleitoral. Essa porção serve de argumento à tese defendida, estando diretamente a ela associado em termos semânticos. Trata-se, desse modo, de uma porção em figura que mais se aproxima, em termos de proeminência semântica, à figura que explicita o ponto de vista assumido.

Situação semelhante ocorre em (16). Nessa parte do texto, o leitor já tem muitas informações para compreender o pressuposto do bom-senso: é a partir dele, junto ao discernimento, que escolhas melhores poderão ser feitas diante das opções das telas ou das urnas. Aqui, já vamos nos aproximando, a partir do raciocínio construído no texto, através de porções mais ou menos centrais, do ponto de vista defendido.

Nos excertos (5) e (13), por sua vez, há um compêndio de razões para o uso do bom senso aludido na figura em (2). Nesses trechos as notícias falsas são apresentadas como um *boom* de informações inverídicas, especialmente no tocante à política e às eleições, e nesse momento fica mais evidente por que a autora insiste no tema do bom senso, já que, segundo ela, existe uma crescente onda de disseminação dessas notícias e da ação das pessoas quando influenciadas por elas. Essas porções apresentam um grau menor de proeminência semântica que as figuras em (2) e (16) relativamente ao ponto de vista defendido.

Com base na verificação de níveis diferenciados de porções em figura, defendemos, em consonância com Lemos (2020), que essas porções se distribuem de forma escalar, com graus diferenciados de proeminência semântica, de saliência perceptual e de integração com a tese defendida. Desse modo, teríamos a seguinte disposição: Figura principal (a tese), que consiste na "porção textual que espelha imediatamente o ponto de vista, codificando-o formalmente" (LEMOS, 2020, p. 61), caso de (18); Figura secundária, o argumento semanticamente mais integrado ao ponto de vista/Figura principal, conforme acontece em (2) e (16); e Figura terciária, o argumento que "sustenta o ponto de vista de maneira resumida e/ou superficial" (LEMOS, 2020, p. 64), como se dá em (5) e (13).

Quanto às porções em fundo, identificamos, com base na proposta de Haido (1996) adaptada por Lemos (2020), a ocorrência dos seguintes tipos: fundo de exemplificação (4); de

contextualização (3, 6 e 9); de justificativa (7 e 10); de modalização (14); de reiteração (15 e 19); e de digressão (8, 11, 12 e 17). Comentamos, a seguir, um trecho de cada tipo de fundo.

Na porção em (4), a articulista se vale do fundo de exemplificação. Recorre ao discurso de outrem, os especialistas, para introduzir, por meio de exemplificação, a temática discutida, a das *fake news*. Já o trecho em (6) situa o assunto de que se ocupa o artigo. Para tanto, resgata um acontecimento do contexto político brasileiro que contribui para que a tese faça sentido, evidenciando tratar-se de um acontecimento já inscrito no cenário das eleições brasileiras e enfatizando o argumento de que este tende a piorar se a consciência coletiva não for acionada. Processo de contextualização semelhante ocorre em (3) e (9).

A ideia contida em (7) serve de justificativa ao argumento presente em (2) ao mostrar uma das facetas de um jogo eleitoral manchado por *fake news*. Em (14) vemos, claramente, a avaliação da autora acerca do termo *fake news*. Em (11), Kramer faz uma espécie de digressão: o conteúdo desse excerto se distancia do ponto de vista e se aproxima do exemplo empregado para ilustrar a utilização das *fake news*, comentando-se o efeito desse uso sobre as pessoas e de como elas são levadas a crer em determinados dados somente pela forma como as informações são retratadas. No trecho em (15), a articulista refaz seu raciocínio, ratificando o termo *fake news*, que já havia sido explicado antes, o que constitui uma reiteração de seu esclarecimento.

Assim como ocorre com as figuras, as porções em fundo também se distribuem de forma gradiente, segundo o critério da proximidade semântica. Assim sendo, e considerando os artigos analisados, assumimos, com Lemos (2020), a existência de níveis de integração dos fundos às figuras, tomando como referência a relação semântica entre essas porções. Seguimos a proposição da autora de uma escala de integração organizada em quatro níveis, do mais ao menos integrado. Na seção seguinte, especificamos essa proposta.

Vejamos, agora, a análise do segundo artigo de opinião, de modo a também verificar a distribuição das porções em figura e em fundo, bem como observar os níveis de saliência perceptual e semântica de cada uma delas e sua subcategorização.

#### CORONELISMO DIGITAL

(20) O voto de cabresto e a promessa de cesta básica são coisas do passado. A manipulação das redes atinge o mesmo resultado.

(21) Neste mês veio à tona mais um capítulo do uso indevido dos dados pessoais processados diariamente pelo Facebook. O jornal britânico The Guardian revelou que informações de 50 milhões de americanos foram acessadas sem consentimento pela Cambridge Analytica, empresa inglesa de marketing e análise de dados. O período de acesso ocorreu durante a campanha presidencial que elegeu Donald Trump em 2016.

(22) A empresa foi criada por Steve Bannon, nomeado chefe de estratégia de Trump depois da vitória nas urnas. (23) Os dados coletados ilegalmente foram usados no que são chamadas “psyops” (ou operações psicológicas). Em vez de enviar maciçamente uma informação idêntica para os milhões de contatos roubados tentando convencê-los a tomar determinada posição, a Cambridge Analytica distribuía conteúdos personalizados para grupos específicos de eleitores.

(24) A partir das postagens de cada usuário e seus movimentos na rede social, eram formatadas mensagens específicas que incluíam mentiras, boatos, fake news, vídeos apelativos, correntes e outras técnicas. O sistema desenvolvido identificava as suscetibilidades emocionais dos usuários e quais tipos de conteúdo audiovisual seriam capazes de desestabilizar suas opiniões e sentimentos.

(25) Em conversa recente com Fábio Malini, um dos maiores analistas de rede do Brasil, tive a dimensão do que está em jogo com a manipulação de dados. (26) A coleta de informações pessoais pelo Facebook e outras empresas identifica padrões de comportamento e menções nem sequer percebidas pelo próprio usuário. Trata-se de sondar tendências da ordem do inconsciente e incidir sobre elas com propaganda, seja ela de um iPhone, seja de um candidato.

(27) É um padrão sofisticado de manipulação, na medida em que é personalizado, diferente do marketing tradicional. Ao identificar os medos, desejos e expectativas de alguém, por seu comportamento nas redes, o Facebook dá “soluções” sob medida.

(28) O efeito imediato dessa revelação foi a perda de mais de 50 bilhões de dólares de valor de mercado do Facebook e repetidos pedidos de desculpas dos seus executivos. O criador da empresa, Mark Zuckerberg, garantiu que a empresa fará de tudo para garantir a integridade das eleições em diferentes países, Brasil incluído.

(29) O bilionário não citou nosso país apenas porque teremos eleições em 2018. (30) O Brasil lidera o uso de redes sociais na América Latina. No ano passado, estimava-se em 101 milhões o número de brasileiros conectados aos Facebook. Calcula-se também que cada brasileiro navega na internet em média 9 horas e 14 minutos por dia. Somos a terceira nação que mais passa tempo na rede.

(31) A revelação do uso de dados ilegais dos usuários tem profundos desdobramentos políticos para a nação. Especialmente, desde o processo de impeachment de Dilma Rousseff, as redes sociais tornaram-se verdadeiras arenas da luta política. E do uso indiscriminado de mentiras, calúnias e fake news, especialmente por grupos “novos” de direita.

(32) Vivemos a repetição dessa batalha nas redes após a execução covarde da vereadora do PSOL no Rio de Janeiro, Marielle Franco. Uma quantidade imensa de fake news, calúnias e uma série de outros absurdos contra a memória da ativista chegou à população, tanto por meio de agentes públicos (parlamentares, juízes e policiais) quanto por páginas ligadas a esses grupos de direita. Pesquisa do Datafolha revelou que 60% dos cariocas receberam algum tipo de notícia falsa sobre Marielle.

(33) Uma delas, oriunda do Movimento Brasil Livre, foi retirada do ar e logo em seguida seu suposto criador afirmou tratar-se de uma “guerra política” e que eles estavam ganhando. (34) Quando um cidadão admite alimentar calúnias e repassar informações criminosas, o mínimo a fazer é julgá-lo por seus atos e investigar a rede que financia esses grupos de ódio. (35) A polarização e o avanço do conservadorismo não cessarão com medidas judiciais, mas é fundamental que o Poder Judiciário atue diretamente sobre essas redes.

(36) Além disso, mais do que desculpas, o Facebook deveria oferecer transparência, elemento quase ausente nos algoritmos e no uso dos dados pessoais de seus usuários.

(37) Difícil falar em democracia quando o comportamento político passa a ser grosseiramente influenciado por mensagens, feitas sob medida, que respondem a seus anseios e esperanças inconscientes. Estamos na verdade diante de um coronelismo digital. Voto de cabresto e promessa de cesta básica são coisas do passado. A manipulação de redes obtém os mesmos resultados de forma mais sutil e com ares de consentimento.

Em “Coronelismo digital”, defende-se que a manipulação de redes sociais para influenciar o comportamento das pessoas obtém os mesmos resultados do antigo coronelismo, mas de forma mais sutil e com ares de consentimento. Ao assumir esse ponto de vista, o autor sustenta que o que conhecíamos antigamente como “voto de cabresto”, praticado pelos coronéis sobre a população, ainda existe, mas agora sob o formato digital. Isso porque os algoritmos de distribuição de conteúdo nas redes sociais podem influenciar o comportamento interpessoal e político dos eleitores.

O excerto em (37) explicita o posicionamento assumido pelo autor: ainda existe coronelismo no Brasil, porém em nova configuração. Esse excerto representa, pois, a figura principal. Os trechos (27), (31) e (34) sustentam esse ponto de vista, atuando como argumentos. Também constituem porções centrais do artigo por sua saliência perceptual, porém com graus variados de integração com a tese defendida.

O conteúdo dos excertos em (27) e (31) concorre para que se construa a percepção do que é o coronelismo digital, de como ele se manifesta e ganha força em nossa sociedade e de qual é o posicionamento do autor a respeito. Em (27), o autor versa sobre o padrão de manipulação que existe no escopo do coronelismo digital; em (31), reforça em quais ambientes e como esse coronelismo é exercido: nas redes sociais e por meio de discursos inverídicos. Trata-se de porções centrais e ligadas diretamente à tese defendida, daí representarem figuras secundárias.

Em (34), por sua vez, o autor deixa clara a sua posição em torno dessa prática: atores sociais que disseminam *fake news* deveriam ser investigados para que se descubra quem financia a rede por trás desse “produto”. Esse conteúdo está, ainda que no escopo da temática discutida e com peso de argumento, mais distante do ponto de vista defendido, motivo pelo qual o classificamos como figura terciária.

Como suporte a esses argumentos, ocorrem porções em fundo de reiteração (20), de contextualização (21 e 30); de exemplificação (23, 24, 32 e 33); de modalização (25); de justificativa (26, 35 e 36); e de digressão (22, 28 e 29). Detalhamos, a seguir, um trecho de cada um desses tipos de fundo.

O trecho em (20) introduz explicação para a prática do coronelismo digital. Há um esclarecimento sobre não ser mais necessário comprar cestas básicas ou sacos de cimento, como na época do voto de cabresto, porque o coronelismo digital, por muito menos, atinge muito mais eleitores. Esse excerto constitui um fundo de reiteração.

Em (21), observamos a presença de um fundo de contextualização, por meio do qual o autor apresenta as circunstâncias de angariação e disseminação de dados de usuários nas redes. Trata-se de informação que o autor mobiliza para defender sua tese.

A porção textual em (24) se configura como fundo de exemplificação, uma vez que dá conta de esclarecer como ocorre a disseminação, em cadeia, de informações falsas que contribuem para fortalecer o coronelismo digital. Ressaltamos o alto grau de integração desse tipo de fundo à figura principal (tese), pois os fatos apresentados contribuem sobremaneira para

a construção da ideia de que os “ares de consentimento” desse coronelismo têm a ver com a crença em falsas informações.

No trecho em (25) o articulista faz uma apreciação quanto ao *modus operandi* das redes sociais ao formatar mensagens específicas com base no perfil comportamental de seus usuários, o que ele avalia como manipulação de dados. Consiste, pois, de exemplo de fundo de modalização, o qual é colocado imediatamente após o de exemplificação, anteriormente comentado. A relação entre esses dois tipos de fundo, no texto, deixa a opinião do autor ainda mais clara para o leitor: a manipulação digital tem uma consequência clara no comportamento das pessoas e, para o autor, isso coloca em jogo muito mais coisas do que se pode, inicialmente, supor.

Em (26), Boulos explicita que a coleta de dados de usuários identifica padrões de comportamento e, em outra medida, influencia as pessoas a várias atitudes, desde a compra de objetos até a escolha de candidatos políticos. Serve, pois, de justificativa à argumentação em torno da prática de coronelismo digital.

Na porção em (28), ocorre uma digressão relativamente à figura principal do texto: o autor acaba se centrando na consequência sofrida pela empresa Facebook, quando dados de seus usuários foram vazados e isso veio à tona. Percebemos que essa informação, embora ainda inscrita no escopo da discussão, está muito mais ligada a acontecimentos periféricos do texto do que ao ponto de vista defendido.

Nossa análise nos permitiu verificar que artigos de opinião, frequentemente, apresentam porções de fundos variados, à exceção do fundo de redundância, que não ocorreu em qualquer dos textos. Creditamos a não ocorrência do fundo de redundância à natureza do artigo de opinião: modalidade escrita, maior monitoramento no uso da língua, condições de formatação inerentes ao veículo de comunicação (espaço reservado, quantidade de textos por edição etc.). Nesse sentido, parece razoável que porções textuais que repetem quase que literalmente algo já dito, como é o caso do fundo de redundância (HAIDO, 1996), sejam previamente eliminadas dos textos antes que sejam publicados.

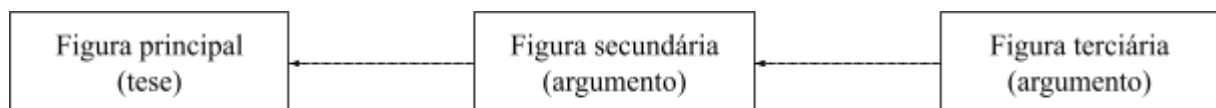
Verificamos, ainda, que os tipos de fundo requisitados para a composição de um dado texto estão diretamente relacionados com os propósitos comunicativos dos autores, de modo que determinados fundos são empregados em função do que se pretende enfatizar e do que contribui significativamente para a argumentação construída. Assim, por exemplo, quando a argumentação é centrada nas opiniões do escrevente, notamos maior recorrência aos fundos de

justificativa e/ou de modalização. Quando a argumentação é mais centrada em dados históricos e/ou sociais, percebemos que há mais ênfase no fundo de exemplificação ou testemunho ou no fundo de contextualização.

### ***Continuum* de figuridade e de fundidade em artigos de opinião**

Conforme discutido na seção anterior por meio da análise dos artigos “Pensar antes de teclar” e “Coronelismo digital”, nossos achados indicam haver diferenças entre as porções em figura, de modo que algumas aparentam ter maior relevância semântica e saliência perceptual que outras, considerando os propósitos comunicativos do texto. Essa constatação nos sugere que há porções “mais figura” que outras, razão pela qual atribuímos, com base no conteúdo que veiculam, em sua relação com os objetivos de cada artigo e na articulação como ponto de vista defendido, as denominações “figura principal”, “figura secundária” e “figura terciária”. Apoiados nessa realidade e acompanhando Lemos (2020), apresentamos, na Figura 1, um *continuum* de figuridade com vistas a demonstrar a gradiência das porções centrais identificadas nos artigos de opinião.

**Figura 1:** *Continuum* de figuridade em artigos de opinião



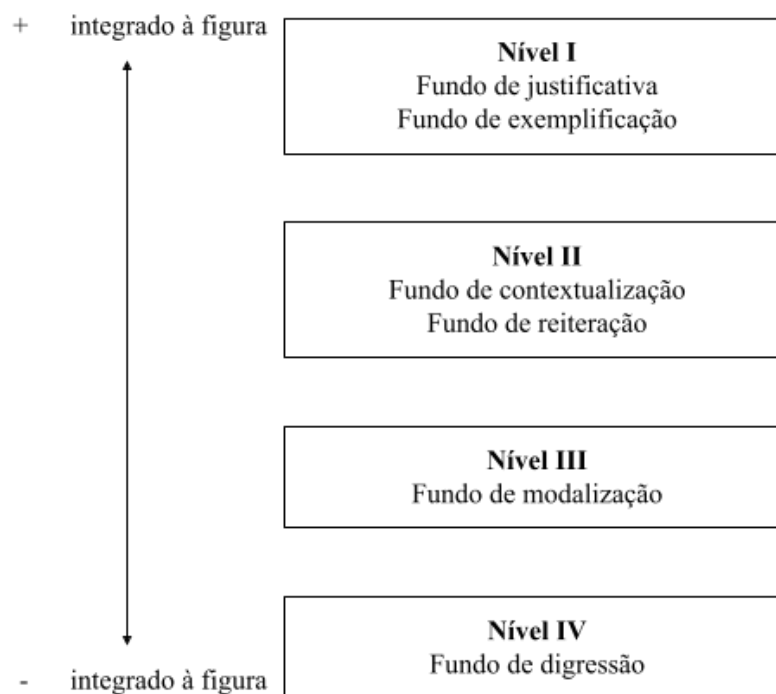
**Fonte:** adaptado de Lemos (2020, p. 63).

Na Figura 1, representamos a gradiência verificada entre as porções em figura do artigo de opinião. A figura principal (tese/ponto de vista) é o elemento norteador da posição defendida, ocupando o primeiro lugar da escala. A ela se liga a figura secundária, que estabelece integração semântica direta com a tese. Já a figura terciária liga-se mais à figura secundária que à principal (tese), aproximando-se, também, das porções em fundo, as quais podem estar integradas a quaisquer porções (figura ou fundo).

Observamos ainda, na análise dos textos selecionados, uma gradiência quanto aos tipos de fundo encontrados nos artigos de opinião. Essa gradiência, conforme referido anteriormente,

diz respeito ao nível de integração semântica dos fundos às figuras, bem como ao nível de expressividade verificado em cada tipo de fundo. Sendo assim, também na esteira da proposta de Lemos (2020), apresentamos uma organização hierárquica para os quatro níveis de integração das porções em fundo, mencionadas na seção precedente. A Figura 2 sintetiza essa hierarquia, que traduz o *continuum* de fundidade aqui defendido.

**Figura 2:** Escala de integração dos tipos de fundo às figuras em artigos de opinião



**Fonte:** Adaptado de Lemos (2020, p. 71).

O nível de integração I reúne os dois tipos de fundo mais integrados à figura em termos de carga semântica. São eles o fundo de justificativa e o de exemplificação, os quais servem de suporte direto (sustentação) aos argumentos. No nível de integração II, situam-se os fundos que mantêm relação com o argumento, mas dele se distanciam um pouco se comparados aos do nível I. É o caso dos fundos de contextualização e de reiteração, os quais têm papel importante ao situar o leitor sobre o contexto do enunciado produzido ou ao esclarecer uma ideia já expressa no texto. No nível de integração III, está o fundo de modalização. Embora se distancie da figura, esse fundo apresenta um posicionamento do autor em relação ao enunciado produzido, daí sua

relevância para o texto em que ocorre. Por fim, integra o nível IV o fundo de digressão. Pela natureza das informações nele contidas, as quais tendem a se distanciar ainda mais das ideias presentes em figura, ele ocupa o último lugar na escala de integração.

Considerando que a organização textual-discursiva do artigo de opinião envolve a articulação entre porções em figura e porções em fundo e levando em conta a gradiência atestada entre essas porções, apresentamos, na Figura 3, um *continuum* que captura essa articulação em termos escalares.

**Figura 3:** *Continuum* de figuridade-fundidade em artigos de opinião

+ Figura ↑ ↓ + Fundo	<b>Nível de Figuridade I</b>	Figura principal
	<b>Nível de Figuridade II</b>	Figura secundária
	<b>Nível de Figuridade III</b>	Figura terciária
	<b>Nível de Fundidade I</b>	Fundo de justificativa Fundo de exemplificação ou testemunho
	<b>Nível de Fundidade II</b>	Fundo de reiteração Fundo de contextualização
	<b>Nível de Fundidade III</b>	Fundo de modalização
	<b>Nível de Fundidade IV</b>	Fundo de digressão

Fonte: Adaptado de Lemos (2020, p. 78).

A caracterização aqui feita das porções centrais e periféricas do artigo de opinião bem como da percepção de níveis distintos de centralidade (figuridade) e de perifericidade (fundidade) reforça a defesa da não discretude das categorias linguísticas (GIVÓN, 1995; FURTADO DA CUNHA; BISPO, 2013). Mostra também que a distribuição dessas porções está diretamente relacionada aos objetivos comunicativos e às contingências desse gênero e do suporte em que ele é veiculado.

## Conclusões

À luz da Linguística Funcional de vertente norte-americana, aplicamos a categoria plano discursivo à análise de artigos de opinião. Investigamos a organização textual-discursiva desses artigos em termos de figura e de fundo, considerando haver uma distribuição escalar de



porções centrais e de porções periféricas.

Quanto às porções em figura, verificamos a ocorrência de três níveis de saliência perceptual e semântica: o primeiro diz respeito ao ponto de vista defendido; o segundo e o terceiro correspondem aos argumentos. Essa constatação nos levou à categorização das figuras em principal, secundária e terciária: a primeira delas relacionada à tese sustentada, as duas últimas voltadas à argumentação. A diferença entre a figura secundária e a terciária reside no grau de proximidade semântica com a figura principal.

Relativamente às porções em fundo, também atestamos gradiência na tipologia proposta por Haido (1996) e adaptada por Lemos (2020). Identificamos, nos artigos analisados, níveis de integração semântica dos tipos de fundo às porções em figura. Esses níveis sugerem uma organização escalar que vai dos fundos de justificativa e de exemplificação, os mais integrados às figuras, ao fundo de digressão, o de menor integração.

A análise empreendida culminou na proposição de um *continuum* de figuridade e de fundidade, que busca capturar a organização escalar das porções centrais e das periféricas em artigos de opinião. Esse *continuum* vai da figura principal (porção de maior saliência perceptual/semântica) ao fundo de digressão (porção com menor nível de saliência).

## Referências

- BISPO, E. B.; LOPES, M. G. Linguística Funcional Centrada no Uso: teoria, método e aplicação. *Odisseia*, Natal, RN, v. 7, n. esp., p. i-x, 2022.
- BYBEE, J. *Língua, uso e cognição*. Tradução Maria Angélica Furtado da Cunha. São Paulo: Cortez, 2016 [2010].
- CASSEB-GALVÃO, V. C.; DUARTE, M. C. *Artigo de opinião: sequência didática funcionalista*. São Paulo: Parábola, 2018.
- DU BOIS, J. W. Competing motivations. In: HAIMAN, J. (Ed). *Iconicity in syntax*. Amsterdam: John Benjamins, 1985. p. 343-365.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; COSTA, M. A.; CEZARIO, M. M. Pressupostos teóricos fundamentais. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. (Orgs.) *Linguística Funcional: teoria e prática*. São Paulo: Parábola Editorial, 2015. p. 21-48.
- FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B. Pressupostos teórico-metodológicos e categorias analíticas da Linguística Funcional Centrada no Uso. *Revista do GELNE*. v. 15, n. 1/2, p. 53-78, 2013.

FURTADO DA CUNHA, M. A.; BISPO, E. B.; SILVA, J. R. Linguística Funcional Centrada no Uso: conceitos básicos e categorias analíticas. In: CEZARIO, M. M.; FURTADO DA CUNHA, M. A. (Orgs). *Linguística Centrada no Uso: uma homenagem a Mário Martelotta*. Rio de Janeiro: Mauad; FAPERJ, 2013, p. 13-39.

GIVÓN, T. *On understanding grammar*. New York: Academic Press, 1979.

GIVÓN, T. *Functionalism and grammar*. Amsterdam; Philadelphia: John Benjamins Publishing Company, 1995.

HAIDO, T. M. de C. *A reorganização discursiva em entrevistas jornalísticas*. Dissertação (Mestrado em Linguística), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

HOPPER, P. J. Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. *Syntax and Semantics: Discourse and Syntax*, v. 12. New York: Academic Press, 1979. p. 212-242.

HOPPER, P. J.; THOMPSON, S. A. Transitivity in grammar and discourse. *Language*. v. 56, p. 251-299, 1980.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. *Fundamentos de metodologia científica: Técnicas de pesquisa*. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

LEMOS, M. C. L. *Plano discursivo em perspectiva funcional: mecanismos textual-discursivos e pragmáticos em artigos de opinião*. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem). UFRN/PPgEL: Natal (RN), 2020.

MARTELOTTA, M. E. *Figura e fundo - uma proposta prática de análise*. Manuscrito, 1998.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYTECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. 2ed. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

SILVA, C. R. de O. *Metodologia e organização do projeto de pesquisa (Guia prático)*. Fortaleza-CE: Centro Federal de Educação Tecnológica do Ceará, 2004.

TOMASELLO, M. (Ed.) *The new psychology of language: cognitive and functional approaches to language structure*. New Jersey: Lawrence Erlbaum, 1998.

**Recebido em:** 26/06/2022.

**Aceito em:** 15/08/2022.